

Problemas de história da ciência na época colonial: a colônia segundo Caio Prado Jr.

Carlos Ziller Camenietzki¹

Durante muito tempo, como sabemos, a História da Ciência privilegiou suas ligações com os estudos filosóficos, com a epistemologia, ou a interpretação dos vínculos entre as ciências e o desenvolvimento econômico e social. Em ambos os casos, a condição colonial se mostrava avessa às práticas científicas. Na melhor das hipóteses, como até bem recentemente foi afirmado, o Novo Mundo e as colônias aqui instaladas representavam um grande depósito de novidades inesperadas, de “maravilhas” que precisavam ser incorporadas ao arsenal de conhecimentos da Europa em pleno processo de conquista. Este mundo colonial, depósito natural de objetos de estudo, se apresentava ao homem de ciência como algo a ser visitado eventualmente, como um museu ou um jardim botânico distante. Ele possibilitava a coleta de espécies para análise posterior, em outro terreno. Aliás, essa idéia-força apresenta uma permanência notável, já que uma questão importante da pauta ecológica atual encontra-se precisamente na preservação da biodiversidade, em particular, no que diz respeito às florestas tropicais.

Esta noção do Novo Mundo como depósito natural se harmoniza bem com boa parte do material bibliográfico mais difundido e manipulado sobre a ciência na colônia. Afinal, os numerosos sábios que freqüentaram a América Portuguesa e o Império do Brasil atestaram o interesse científico despertado pela natureza tropical. Sua própria condição e seus inúmeros relatos de viagem sugerem que os estudiosos do mundo natural não costumavam fixar residência nesta parte do mundo. Certamente o “depósito” não poderia ocupar a posição de espaço cultural formador de homens de ciência. Assim, com a passagem episódica de um ou outro cientista e hipoteticamente impossibilitado de formá-los por estas “bandas”, o Brasil colonial encontrar-se-ia alijado deste gênero de trabalho. Apresenta-se como óbvia a idéia de que não caberia no Brasil qualquer tipo de atividade científica sistemática, ao menos até bem tardo o século XVIII.

Curiosamente estas noções constituem o principal obstáculo aos estudos de História da Ciência na época colonial. Essas conclusões, que aos poucos se

cristalizaram na imagem que formamos do passado brasileiro, são fortemente dependentes da idéia que se construiu da sociedade colonial em suas mais diversas dimensões e, por isso, constitui um problema historiográfico relevante que merece exame atento.

É inegável que o esforço de caracterização da condição colonial sempre ocupou um papel importante na historiografia brasileira, particularmente na primeira metade do século XX. E, para o tratamento da questão que interessa no momento (a vida cultural e científica da América Portuguesa ao longo dos quase trezentos anos posteriores à sua ocupação efetiva), o exame dos resultados mais significativos deste trabalho se coloca como ponto de partida. Afinal, construir uma imagem da cultura colonial é tarefa que se revela dependente de uma noção mais ampla da "colônia" e de seus desenvolvimentos no pensamento brasileiro.

O balanço das idéias acerca da condição colonial e do lugar reservado à vida intelectual e científica não poderá ser apresentado neste estudo; isso é programa de investigação em curso e merece um tratamento bem mais extenso do que permite o presente texto. Contudo, é possível avançar uma reflexão sobre algumas questões relevantes relativas a este problema por intermédio de uma importante obra publicada, pela primeira vez, há cerca de sessenta anos. Refiro-me ao texto de Caio Prado Júnior, *A formação do Brasil contemporâneo*, livro conhecido e estudado por todos aqueles que buscam alguma forma de reflexão sobre a condição brasileira.

A obra de Caio Prado, como sabemos, desempenhou um papel de primeira importância na cultura do século XX. Ela é, em grande parte, responsável pela fórmula de aproximação entre o marxismo e a "questão nacional", operação que marcou a ação de forças significativas na política brasileira por cerca de meio século. Não será exagerado dizer que o ideário de Caio Prado Júnior constituiu uma matriz de primeira importância no pensamento brasileiro e que, por esta razão, foi adotado por parte expressiva dos intelectuais interessados em recompor nosso passado.

Não se trata aqui de retomar a análise desta obra em largo espectro, balanço já empreendido algumas vezes tanto por estudiosos seus contemporâneos quanto por pesquisadores das mais novas gerações². O tema que nos ocupa no momento não poderia deixar de lado, sem maiores conseqüências, as implicações da obra de Caio Prado para o estudo da vida intelectual na colônia. Assim, não será evitada alguma exposição das linhas centrais de sua interpretação da condição colonial.

Este esforço não seria possível sem a consideração de um elemento organizador do seu pensamento que merece um comentário: a noção de que as características essenciais de um processo histórico são mais facilmente perceptíveis quando observadas na fase final de sua evolução. A noção chega ao nosso autor pela via de suas interpretações das obras de Marx e Engels -

sobretudo do segundo -, e vem marcar bastante profundamente toda a análise que realiza no seu livro. Interessa, principalmente, a fase mais desenvolvida da colônia, seu termo. Adotar esta estratégia de estudo implica definir campos de investigação privilegiados: a economia e a demografia, por exemplo, o que ele faz com riqueza de detalhes e que virá a ser o tema de outra obra importantíssima publicada mais tarde.

Porém, a generalização deste princípio não comporta domínios da investigação histórica bastante valorizados nas últimas décadas. A adoção deste pressuposto limita a abrangência dos estudos possíveis sobre a colônia. Por exemplo, não caberia falar da cultura literária colonial do século XVII sendo compreendida a partir daquela de finais do século XVIII, ou das primeiras décadas do XIX; o mesmo para as manifestações artísticas, para a vida religiosa etc. De fato, a simples adoção deste princípio organizador esvazia a hipótese do exame da vida cultural brasileira durante os seus dois primeiros séculos.

Não se poderá deixar de registrar ainda que esta abordagem implica a aceitação da tese de que há uma lógica própria da sociedade colonial - o que Caio Prado chama "o sentido da colonização". A vida brasileira dos séculos anteriores à independência estaria organizada em modos de existir condicionados ou determinados (para fugir de uma controvérsia antiga e obsoleta) por um princípio motor único.

O "sentido da colonização", ou seja aquilo que coloca a construção do Brasil no plano mundial e internacional, enfim, o que lhe dá sentido está claramente definido:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais do que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras³.

Assim, a história dos primeiros séculos do Brasil vai girar ao redor de interesses que não estão necessariamente no país, que estão alhures. Associadas a este "sentido", Caio Prado Jr. integra em sua imagem da colônia idéias bastante difundidas em sua época, elementos do "senso comum" bastante marcantes, que acabam por comprovar a pujança de seu ideário. A pregnância do modelo fica comprovada com a incorporação explícita da oposição entre "colônia de povoamento", típica das zonas temperadas, e "colônia de exploração", típica das zonas tórridas do planeta; ou ainda a notória "vocaçãõ" agrícola e extrativista do Brasil.

É certo que afastados seis décadas da primeira edição do *Formação do Brasil contemporâneo* corremos o risco de perder o "sentido" de sua pu-

blicação e do papel que a obra veio a cumprir ao longo dos tempos em que constituiu referência fundamental do pensamento brasileiro. Entre os intelectuais inspirados pelo pensamento marxista, ativos por volta de 1942, poucas alternativas se poderiam firmar além do que estava associado às forças em conflito na Europa do Leste. Caio Prado Júnior seguiu a trajetória comum destes pensadores, e não cabe examinar seu ideário sem considerar essa característica tão marcante, aliás bem expressa nas vicissitudes ligadas ao seu grande tratado filosófico *A dialética do conhecimento*.

Retornando ao problema da caracterização da condição colonial, a simples adoção instrumental da oposição entre aquilo que se povoa e aquilo que se explora denota uma clara opção pelo ponto-de-vista de alguém que está exterior ao processo em questão, de alguém que controla as suas infinitas variáveis. Aceitar esta alternativa pressupõe uma imagem da colônia como espaço plástico, algo sobre o qual se pode atuar um tanto livremente, salvo restrições de natureza climática. Também pressupõe que as políticas da metrópole para seus domínios apresentam grande uniformidade, algo cujos interesses variam pouco no decurso dos séculos.

Mas esta oposição também esbarra em problemas teóricos sérios no interior do quadro de referência adotado por Caio Prado. Na realidade, ele parece produzir um rearranjo das idéias fundamentais do campo de reflexão em que trabalha. Concededor da estrutura conceitual do pensamento de Marx, ele certamente estava ao corrente de que se explora a força de trabalho, é ela que produz a riqueza. Nada se explora que não possua quem possa ser explorado; povoa-se para explorar o trabalho humano; não se explora o vazio, não se explora uma terra, não se explora uma pedreira. Esta rearrumação dos conceitos de base tem sentido no quadro da operação de nacionalização do marxismo, da qual Caio Prado é o principal agente. Afinal, a "colônia de exploração" poderia fornecer um passado às "nações" exploradas pelo grande capital, às inúmeras "repúblicas de bananas" controladas pelas potências estrangeiras, mormente os Estados Unidos.

Porém, é francamente impossível pensar a exploração de terras recém conquistadas sem vê-las povoadas, impossível imaginar a organização da produção de bens para o consumo europeu sem a constituição de poderes e de propriedades, sem reconhecer uma organização da justiça e uma estrutura da vida civil. É realmente inimaginável a adoção de um modelo que teve seu vigor nas primeiras décadas da ocupação (as feitorias para comércio com a população local) para gerir a produção em larga escala de açúcar, cachaça, tabaco, ouro e diversos outros bens, como se verificou ao longo dos séculos XVII e XVIII.

No Brasil de meados do século XX, já se havia transformado em lugar comum a idéia de que a nação repousava numa extensão incalculável de riquezas naturais e que se fazia necessária a proteção deste patrimônio face

a interesses estrangeiros. E não será exagerado dizer que a caracterização reducionista da condição colonial - sua identificação a um espaço de onde se extrai riquezas - casa-se bem com este sentimento um tanto difuso. Com este modelo poder-se-ia reunir uma condição miserável do passado a um destino a ser evitado a todo custo. Ademais, nestas décadas, assistia-se à distância aos esforços de libertação nacional na Ásia e na África, e o horror pelo domínio metropolitano potencializou significativamente as possibilidades de adoção deste modelo de interpretação da situação colonial. Caio Prado Júnior acabou por oferecer uma história a este sentimento, um prolongamento em direção ao passado destas idéias que importava discutir em seu tempo.

Passados mais de cinquenta anos, essas discussões parecem bizantinas. Por mais que se diga que as ameaças de espoliações estrangeiras não poderão nunca ser afastadas, os principais atores da política brasileira de hoje não parecem se indignar; ao contrário, reduzidíssimos são aqueles que ainda reconhecem a importância destes temas. No extremo oposto, a geração de Caio Prado viveu este risco intencionalmente, se revoltou, protestou. Passadas algumas décadas, tem-se a impressão de que a discussão ficou obsoleta.

Por outro lado, a imagem da condição colonial criada em tal contexto resiste. Estranha permanência visto que a temática da descolonização desapareceu há mais de vinte anos e que o horizonte para o assentamento de uma noção mais abrangente da condição colonial já se faz presente.

É claro, entre profissionais da história, *latu sensu*, há muito estas noções estão sendo debatidas e rediscutidas. O refinamento da investigação da vida cultural da América Portuguesa aponta diversos elementos que denunciam de forma contundente as limitações impostas pela imagem da colônia em questão.

Em primeiro lugar, a própria condição ocupada pelo Brasil no projeto ultramarino português variou ao longo dos três séculos da conquista e da ocupação dessas terras. Observando o ponto-de-vista da metrópole, a associação definitiva de seus destinos à colônia do Novo Mundo foi alternativa construída ao longo da regência e do reinado de D. Pedro II de Portugal (1667-1706); anteriormente, durante o período da Restauração do Reino (1640-1668), o lugar ocupado pela colônia foi muito diverso daquele de onde apenas se extrai riquezas - basta para isto verificar a importância de gente do Brasil na diplomacia e até mesmo no comando das armas portuguesas em guerra com a Espanha ou atuando em outros domínios da coroa. Mas não apenas desta óptica constata-se que o modelo já anda fragilizado há tempos; além do eixo comercial e político que ligava Lisboa a Salvador, um outro se fazia presente consolidando laços entre as cidades do sul, e mesmo do nordeste, àquelas da costa africana, conforme foi destacado em recente estudo⁴.

Em segundo lugar, a sociedade colonial não se via como mera produtora de riquezas destinadas à metrópole. Ela vivia com sua complexidade, produzia

cultura e se inseria no conjunto dos domínios de Portugal com face própria. Reconhecer estas idéias como ponto de partida para uma reflexão sobre a condição colonial já se coloca há tempos como exigência incontornável. Quando os europeus radicados e os naturais da terra são identificados apenas como repassadores de uma riqueza extraída da terra por força do trabalho escravo, perde-se a hipótese de examinar sua condição de agentes de seus próprios interesses. Ao menos desde meados do século XVII, tem-se fortes testemunhos da ação de importantes personagens do Brasil na vida política do império português (entre estes, alguns intelectuais), sugerindo que, se não é imaginável ver as relações entre Portugal e sua colônia no Novo Mundo como via de mão dupla, ao menos alguns da terra não deixavam de encontrar expressão própria junto à corte em Lisboa - caso emblemático é o padre Antônio Vieira.

É certo que este problema se coloca de forma muito mais complexa quando se trata daqueles homens reduzidos à escravidão, que desembarcavam aos borbotões nos principais portos da América Portuguesa. Mas, ainda neste quadro, faz-se necessária uma reflexão cuidadosa do problema, pois seria de estranhar que a condição de escravo significasse o anulamento real e definitivo dessa quantidade assustadora de indivíduos. Aceitar sua redução à condição de mero braço de trabalho é efeito perverso, explicável, por certo, devido à ojeriza provocada pela escravidão na contemporaneidade. Também aqueles vindos por força ao Novo Mundo não merecem que se lhes anule a capacidade de ação efetiva na sociedade colonial. E ela foi real, bastante importante na cultura, na organização familiar ou até mesmo na insólita condição de guerreiro a serviço dos senhores das terras ou dos aventureiros daquele tempo; e isso sem mencionar as revoltas e sublevações, aliás bastante numerosas⁵.

Ainda que submetida à crítica sistemática por longos anos, a idéia segundo a qual esta terra constituiu sobretudo um imenso espaço de onde a metrópole retirava riquezas contribuiu sensivelmente para o esvaziamento do interesse na investigação dos problemas ligados à vida cultural e científica. O postulado de que não caberia cultura erudita, vida acadêmica real e atividade científica na América Portuguesa se fixou como consequência desta idéia de colônia. O que se podia constatar em termos da produção cultural neste domínio enquadra-se facilmente na condição de pastiche, mera cópia sem interesse, de uma dinâmica metropolitana.

O que acaba por se identificar com o que é genuinamente local, próprio da colônia, brasileiro enfim, são as manifestações culturais de grupos populares. Neste terreno, toda uma literatura vem, há décadas, debatendo acaloradamente a questão. Contudo, esse esforço, isolado do exame da atividade da intelectualidade colonial, acaba acentuando indiretamente um corolário do modelo em questão. Esta, porém, é outra discussão, mais espinhosa e complexa do que é sábio tratar no presente ensaio.

Retomando o problema da cultura erudita, não se pode deixar de assinalar

que sempre as exceções cumpriram seu papel. Confirmando a regra: Abraão de Moraes lembra o jesuíta astrônomo que trabalhava na Bahia na segunda metade do século XVII, outros lembraram de Bartolomeu de Gusmão, o padre voador. Há muito se estuda a poesia satírica de Gregório de Matos, a paranética de Antônio Vieira, a poesia de José de Anchieta etc. Contudo a aura da excepcionalidade continua circundando a lembrança destes autores. "Intelectualidade colonial" propriamente dita continua a ser algo de que se suspeita. E se suspeita por força da permanência de noções herdadas e pouco questionadas, ou questionadas insuficientemente.

Sebastião da Rocha Pita ainda é tido como o "militar" cronista; Alexandre de Gusmão, o jesuíta, o fundador de uma escola de meninos; Simão de Vasconcelos, o apologeta da Companhia de Jesus; as academias do século XVIII, sobretudo aquelas não sediciosas, reuniões de poetas gongóricos de mau gosto; o sistema de colégios da Companhia de Jesus, espaços de formação retórica e religiosa. Enfim, numa colônia de exploração não pode haver senão uma intelectualidade desqualificada. E mais, não podem existir sábios.

Na realidade, é mais confortável considerar que os homens de ciência estiveram aqui de passagem. De fato, desde a ocupação holandesa, os testemunhos impressos apontam a solidez dos estudos realizados por sábios viajantes. Ademais, esta produção é abundante e relativamente acessível e, por mais que se examine este riquíssimo material, ainda muito se tem a extrair. Contudo, o olhar do viajante, em geral, desprezava o que por aqui se produzia em termos do conhecimento da natureza, conforme pode ser verificado no primeiro tratado sistemático impresso sobre a fauna e a flora brasileira, o livro *Historia naturalis Brasiliae*, de Willem Piso⁶. E o olhar do historiador não pode se colocar no mesmo patamar, sob pena de se ver obrigado a partilhar com eles, nem sempre voluntariamente, algumas noções sobre a vida colonial que não têm mais cabimento na atualidade.

Tome-se, a título de exemplo, a obra mencionada. Se o médico holandês se viu obrigado a abandonar por completo o que se estudou nestas terras antes de sua chegada, acreditando apenas no que via com os próprios olhos e examinava com o próprio intelecto, o pesquisador do começo do século XXI, que nada tem em comum com o erudito calvinista, não pode acompanhá-lo sem crítica⁷. Caso contrário, será obrigado a pagar o pesado tributo de negar qualquer atividade de investigação do mundo natural anterior à chegada dos sábios de Nassau. Esta negação, na realidade, tem um sentido perfeitamente compreensível nos escritos de Piso; mas possui outro muito diferente naqueles autores que o seguem neste particular, passados mais de três séculos. Se o médico interessou-se em negar o conhecimento das populações indígenas e daquele apropriado e desenvolvido pelos católicos ocupantes do "Brasil holandês", os historiadores que o fazem perpetram uma noção da colonização portuguesa que tem pouco sentido no século que se inicia.

Com isso, nega-se até mesmo a existência das inúmeras boticas que comercializavam produtos medicinais e outros, elaborados a partir dos frutos da terra; negam-se os esforços realizados desde a época de Anchieta em conhecer e tirar proveito da natureza tropical. Praticamente não havia colégio da Companhia de Jesus que não dispusesse de uma botica, e nestes espaços eram manufaturados e vendidos remédios, fortificantes e outros produtos necessários à população. A farmácia dos jesuítas era tão importante que seu ganho correspondia a um percentual expressivo de toda a renda da Ordem⁸. A preparação do material vendido nestas boticas envolvia um conhecimento expressivo da fauna e da flora locais, envolvia também o plantio, coleta e processamento dos produtos. Não se trata aqui de um indivíduo isolado, detentor de um conhecimento, fabricando remédios em Salvador ou no Rio de Janeiro entre o século XVI e o XVIII, mas de uma estrutura organizada que transmitia os saberes no interior de um grupo bem definido de pessoas. Trata-se de uma organização muito bem estruturada que contabilizava seus ganhos com a botica ao par daqueles auferidos com seus engenhos - e eles não eram pequenos. Impossível não tomar esse elemento como algo expressivo, embora desprezado pelo médico calvinista.

A negação operada por Piso, e por Marcgrave, pode ser entendida no quadro cultural e religioso em que se inseriam. O estudioso interessado em nosso passado, ao fazer o mesmo, deixa de considerar também um problema relevante ligado à publicização do conhecimento da natureza: a questão do interesse, ou de sua ausência, em tornar público o que se sabia sobre a América Portuguesa e seus recursos naturais, problema crônico das colônias de Portugal⁹.

Uma avaliação pouco crítica dos trabalhos dos sábios de passagem pela América Portuguesa acaba por se somar àquela ligada à condição colonial de que se trata no presente texto: somente o olhar passageiro poderia transformar os seres tropicais em objeto de estudo científico. O mazombo se ocuparia apenas do vasto sistema de produção dos bens necessários aos mercados da Europa: nenhuma vida intelectual capaz de examinar o mundo natural e pôr a serviço dos habitantes da terra o seu conhecimento.

Evidentemente, não se quer com isso imaginar uma profusão de estudos eruditos sobre a natureza realizados por gente radicada na América Portuguesa, mas evitar que uma noção restritiva *a priori* comprometa a investigação de um importante campo temático - o que certamente vem a ocorrer quando se esvazia o interesse pela vida cultural da colônia. Não deixa de ser algo influenciado por essa idéia de que tratamos, o meridiano desprezo que acolhe a documentação disponível sobre as academias não sediciosas do século XVIII. Material publicado nos anos sessenta, que não entusiasmou significativamente nossos estudiosos, salvo poucas e raras dissertações de mestrado, a Academia dos Renascidos e aquela dos Esquecidos ainda se contam entre

os salões onde a “elite” colonial se exercitava com poesias gongóricas de mal gosto, e apenas isso¹⁰.

Até mesmo o termo comumente utilizado para designar a intelectualidade colonial e aquela metropolitana dos tempos da América Portuguesa - “letrado” - possui na atualidade um significado bastante diverso: ele mais evoca seu oposto - “iletrado” - que o profissional da palavra escrita da Idade Moderna. O termo foi usado ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII para caracterizar grupos sociais definidos e ganhou extensão na longa controvérsia sobre a supremacia das letras ou das armas, em vigor na península ibérica em finais dos seiscentos. Tratar os intelectuais lusitanos ou ultramarinos de “letrados”, na realidade reduz sua condição na sociedade, pois remete a um grupo social muito mais vasto, incluindo escrivães, meirinhos, tabeliães além de magistrados, rábulas e toda uma população ligada aos ofícios e à administração do Estado. Essa operação não permite distinguir, no interior desta classe de homens, aqueles que colocavam suas letras a serviço de uma interpretação da época em que viviam, que buscavam intervir em seu tempo por meio de suas idéias e de seus projetos para a sociedade e para o conhecimento do mundo; enfim, não permite identificar o intelectual da Idade Moderna. Tratar Francisco Manuel de Mello, ou Antônio de Sousa Macedo, de “letrado” acaba estreitando muito as possibilidades de entendimento de seu papel na política e na cultura lusitana. No que diz respeito ao Brasil, o mesmo poderia ser dito de Sebastião da Rocha Pita - em escala diversa, certamente.

Não é à toa que esse ator social, o intelectual, tenha tanta dificuldade de ser encontrado em Portugal e mesmo na América Portuguesa.

Por fim, e à guisa de conclusão, se não faltam testemunhos eloqüentes, embora não muito numerosos, da vida intelectual mazomba, falta o olhar que lhes dê alguma importância. Mesmo no restrito caso na matéria científica, os testemunhos são conhecidos há tempos - ainda que volta e meia novos documentos sejam encontrados. Mas o principal elemento tarda a amadurecer e a se consolidar: uma imagem da colônia que aceite como coisa provável a existência de alguma atividade científica nestas terras.

Notas e referências bibliográficas

¹ Pesquisador titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCT, ziller@mast.br. O autor agradece ao CNPq por lhe ter dado meios eficazes para a realização deste trabalho.

² RICÚPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000. Remeto à bibliografia selecionada por este autor para um bom elenco das obras que discutem o pensamento de Caio Prado.

³ PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 31-2.

⁴ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁵ Na longa tradição de estudos brasileiros sobre a escravidão encontra-se abordagens que corroboram o que está sendo examinado no presente ensaio. Em particular, e mais recentemente, conferir os escritos de Manolo Florentino, João Fragozo, José Roberto Góes e Luciano Figueiredo.

⁶ A obra sempre teve certa difusão no Brasil. Porém, a publicação da tradução ao português em 1942 e 1948 favoreceu muito seu estudo por parte dos historiadores.

⁷ Uma recente tese de doutoramento analisou esta questão que nos ocupa: GESTEIRA, Heloísa Meireles. *O teatro das coisas naturais. Conhecimento e dominação neerlandesa no Brasil*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

⁸ Alden assegura que a botica respondia por qualquer coisa entre 3 e 10 % da renda dos colégios. Cf. ALDEN, Dauril. *The making of an enterprise*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

⁹ Não se trata aqui de retomar uma discussão antiga acerca da política de segredo da monarquia lusitana com relação aos descobrimentos, mas de considerar que não deixa de ser significativo o fato do livro de Piso e Marcgrave ter sido publicado pela casa Elzevir sob o patrocínio político de Johannes de Laet às expensas de uma companhia neerlandesa de comércio de capital relativamente aberto. Na realidade, a operação que resultou na edição deste livro envolveu bem mais que um sábio e seu mecenas.

¹⁰ Cf. PEDROSA, Fábio Mendonça. *Sol oriens in occiduo*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.